

**PROGRAMA
DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÓMICO E SOCIAL
12^a Classe**

2º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO GERAL

Área de Ciências Humanas

Ficha Técnica

Título

Programa de Desenvolvimento Económico e Social - 12ª Classe
(Área de Ciências Humanas)

Editora

Editora Moderna, S.A.

Pré-impressão, Impressão e Acabamento

GestGráfica, S.A.

Ano / Edição / Tiragem / N.º de Exemplares

2013 / 2.ª Edição / 1.ª Tiragem / 2.000 Ex.



EDITORA MODERNA

E-mail: geral@editoramoderna.com

© 2013 EDITORA MODERNA

Reservados todos os direitos. É proibida a reprodução desta obra por qualquer meio (fotocópia, offset, fotografia, etc.) sem o consentimento escrito da editora, abrangendo esta proibição o texto, as ilustrações e o arranjo gráfico. A violação destas regras será passível de procedimento judicial, de acordo com o estipulado no código dos direitos de autor.



ÍNDICE

Introdução à Disciplina no 2º Ciclo do Ensino Secundário Geral -----	4
Finalidades -----	7
Objectivos Gerais da Disciplina no 2º Ciclo do Ensino Secundário Geral -----	8
Distribuição dos Temas por Trimestres e Horas -----	10
Temas/Conteúdos -----	12
Material de Apoio ao Professor -----	19
Bibliografia -----	35

INTRODUÇÃO À DISCIPLINA NO 2º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO GERAL

Ao ser incluída a disciplina de Desenvolvimento Económico e Social na formação específica do plano curricular da 12ª classe da Área de Ciências Económico-Jurídicas – e como opção na 11ª e 12ª classes da Área de Ciências Humanas –, teve-se em vista dar satisfação ao que se encontra consagrado no Artigo 19º da Lei de Bases do Sistema de Educação. Este manifesta, declaradamente, o desiderato de proporcionar aos alunos que prosseguem os seus estudos através de cursos superiores, de formação profissional ou dos que directamente se encaminhem para o mundo do trabalho, uma abordagem que não se limite a enunciar uma lista de temas mais ou menos vagos ou teóricos, mas a incentivar uma tomada de consciência em relação a um relevante conjunto de problemas que, pese embora pertençam a todos os países, são particularmente candentes para países como Angola, que percorre um caminho com vista a um desenvolvimento económico e social harmonioso; e que, por si só, é motivador de grandes esforços que, se concretizados, projectarão Angola para o grupo dos países de vanguarda.

Há que enfrentar a realidade. Para isso, deverão identificar-se todos os sistemas e subsistemas não somente respeitantes a Angola ou à região em que se insere, mas de todo o planeta em que vivemos. Com efeito, nesta “aldeia global” ou “aldeia planetária”, em que as novas tecnologias de informação transformaram o mundo que habitamos, os problemas de qualquer subsistema poderão ter reflexos no sistema “mundo”.

Partindo do tratamento de uma temática global e integrada sobre o mundo actual, compreenderão que existe uma crescente interdependência planetária dos problemas que afectam as relações entre as pessoas e destas com o ambiente.

Surgirá, assim, um estímulo para que se interessem por uma participação mais activa e consciente na procura de soluções alternativas.

Esta abordagem sistémica deverá motivar os alunos e professores a enfrentarem os problemas que se deparam à sociedade angolana com optimismo e realismo; a analisarem as soluções já apontadas, objecto de uma experiência, ou, ainda no domínio teórico, a formularem sobre tais soluções juízos críticos, num clima desapaixonado e sem sectarismos, de modo a poderem ser encontradas soluções concretas para os problemas que Angola enfrenta.

Há que preparar os jovens para os desafios que os tempos de mudança lhes apresentam. Urge imprimir uma nova orientação ao processo educativo com vista à formação integral dos alunos, desenvolvendo atitudes, aptidões e capacidades, tomando consciência dos valores tradicionais do Povo de Angola.

Concluirão os alunos que algo de comum haverá nas soluções já apontadas, mas que não existem receitas definitivas e universais, como que uma espécie de figurino que assente bem em todo e qualquer país. Angola terá de percorrer, por si própria, o caminho que a levará ao tão desejado desenvolvimento económico e social, essencialmente contando com a capacidade e a tenacidade do seu povo.

As ajudas externas, de qualquer tipo, serão bem-vindas. Serão, no entanto, condição sem a qual não se atingirão os objectivos enunciados e tão desejados pelo povo angolano, pelo que é urgente o empenhamento consciente dos angolanos para tão nobres desafios.

Muito embora todas as restantes disciplinas deste caminhar de 12 anos, ao longo do Sistema Educativo, sejam de uma importância indiscutível, apresenta-se a disciplina de “Desenvolvimento Económico e Social” como que a cúpula de todo o edifício que se foi construindo para dotar os jovens alunos de conhecimentos, de técnicas e de discernimento, para com êxito prosseguirem os seus estudos ou ingressarem no mundo do trabalho, ao mesmo tempo que, num esforço colectivo, propiciam o almejado desenvolvimento económico e social do povo angolano.

Atendendo ao facto de terem sido atribuídas 4 horas por semana lectiva a esta disciplina no elenco das disciplinas de formação específica na 12ª classe da Área de Ciências Económico-Jurídicas, e de 2 horas por semana lectiva quer na 11ª quer na 12ª classes da Área de Ciências Humanas, como disciplina de opção – isto é, igual carga lectiva –, decidiu-se por um programa único para estas duas situações. Como vantagens, apontam-se, entre outras, uma mais fácil obtenção de manuais e, sobretudo, a plena equivalência de tal disciplina, caso os alunos de uma das áreas de estudo desejem transitar para a outra.

O evidente obstáculo dos alunos da Área de Ciências Humanas, que não frequentaram a disciplina de Introdução à Economia, carecerem de alguns pré-requisitos para a abordagem de um ou outro dos temas propostos, afigura-se ultrapassável se o professor, apenas no estritamente necessário, transmitir tais conhecimentos aos alunos, sempre que oportuno.

É de salientar que o programa foi elaborado prevendo um ano lectivo de 30 semanas lectivas (para o desenvolvimento do programa), 10 em cada trimestre. À sugestão apresentada do número de aulas por temas e subtemas está subjacente a possibilidade de reforçar mais um tema em detrimento de outro, sempre que essa alteração se fundamente nos interesses dos alunos e/ou na realidade em que estes se inserem.

Por último, refira-se que as aulas de reserva em cada trimestre devem estar orientadas para a realização de algumas das seguintes actividades:

- › Sessões de debate na sala de aula;
- › Pesquisas bibliográficas;
- › Entrevistas;
- › Inquéritos na comunidade;
- › Palestras a serem orientadas por historiadores, economistas, sociólogos e pessoas de outras especialidades;
- › Organização de dossiers temáticos;
- › Leituras de artigos de jornais e de outras publicações, relacionadas com os conteúdos a serem tratados durante o trimestre;
- › Reforço de conteúdos que exijam um maior tempo de abordagem.

FINALIDADES

Constituem finalidades desta disciplina, contribuir para que o aluno:

- › Se predisponha para a intervenção e para a mudança de comportamentos;
- › Processe o seu auto-desenvolvimento pessoal, confiando em si próprio, assumindo autonomia de acção com critério e responsabilidade;
- › Aperfeiçoe as relações interpessoais no sentido da compreensão, da tolerância e da solidariedade;
- › Se sensibilize pelos problemas socioeconómicos e ambientais do mundo e, muito em particular, de Angola, procurando soluções alternativas;
- › Se consciencialize para a necessidade do conhecimento objectivo e pormenorizado da realidade a fim de que, sobre ela, possa fundamentar, desapassionadamente, as suas opções.

OBJECTIVOS GERAIS DA DISCIPLINA NO 2º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO GERAL

Domínio das Atitudes/Valores:

- › Respeitar valores culturais diferentes dos seus, num espírito de tolerância e de diálogo;
- › Reflectir/ponderar sobre as necessidades e aspirações fundamentais de outros grupos sociais;
- › Desenvolver atitudes de solidariedade, sem racismo ou xenofobia;
- › Participar activamente, e de uma forma esclarecida, na actividade social e cívica;
- › Adoptar uma posição crítica perante situações lesivas do interesse da colectividade;
- › Aceitar desafios, partilhando riscos e dificuldades;
- › Aceitar criticamente a inovação e a mudança;
- › Reconhecer na solidariedade entre os povos um valor que deve orientar a política de cooperação no combate ao subdesenvolvimento;
- › Avaliar o contributo das novas tecnologias como factor de mudança.

Domínio das Capacidades/Competências:

- › Desenvolver a capacidade de observação e o espírito crítico;
- › Abordar criticamente os problemas;
- › Utilizar o método indutivo e o método dedutivo no estudo dos fenómenos;
- › Identificar e equacionar problemas, encaminhar pesquisas, obter respostas e levantar novos problemas;
- › Utilizar as novas tecnologias de informação;
- › Participar na procura e na apresentação de soluções fundamentadas;
- › Utilizar adequadamente a língua portuguesa na comunicação oral e escrita.

Domínio dos Conhecimentos:

- › Aprofundar a leitura crítica de estatísticas, matrizes e outros quadros de valores numéricos;
- › Desenvolver o espírito de observação e análise de dados estatísticos;
- › Compreender alguns dos grandes problemas do mundo contemporâneo, sua mutabilidade e diversidade;
- › Compreender os problemas sociais do desenvolvimento e as desigualdades a nível mundial, nacional, regional e local;
- › Relacionar a existência de conflitos no uso do espaço e na gestão dos recursos com situações de desigual desenvolvimento, em diferentes níveis de análise;
- › Avaliar as potencialidades e as limitações da utilização das novas tecnologias;
- › Compreender a realidade angolana no contexto de um mundo em mudança.

DISTRIBUIÇÃO DOS TEMAS POR TRIMESTRES E HORAS

1º TRIMESTRE

Tema 1 - A Mudança na Sociedade. Os Percursos do Desenvolvimento no Mundo Actual.

Subtema 2.4 - A questão do Terceiro Mundo 12 aulas previstas

Subtema 2.5 - Desafios e consensos num mundo multipolar ... 7 aulas previstas

Número de aulas previstas	19
Aulas de reserva	1
Total do trimestre	20

2º TRIMESTRE

Tema 2 - Questões de Desenvolvimento no Mundo Actual.

Subtema 2 - A gestão dos recursos e a defesa do ambiente ... 18 aulas previstas

2.1. O crescimento económico desequilibra
o sistema Terra 10 aulas

2.2. O esgotamento dos recursos como limite
ao crescimento económico 8 aulas

Número de aulas previstas	18
Aulas de reserva	2
Total do trimestre	20

3º TRIMESTRE

Tema 3 - Cenários do futuro no campo demográfico.

Número de aulas previstas	16
Aulas de reserva	4
Total do trimestre	20
TOTAL ANUAL	60

TEMAS/CONTEÚDOS

1º TRIMESTRE

Tema 1 - A Mudança na Sociedade. Os Percursos do Desenvolvimento no Mundo Actual.

2.4. A questão do Terceiro Mundo.

- 2.4.1. Os reflexos da (des)colonização.
- 2.4.2. Os fluxos Norte/Sul.
- 2.4.3. Ajuda internacional.
- 2.4.4. Do Movimento dos Não-Alinhados ao projecto NOEI (Nova Ordem Económica Internacional).
- 2.4.5. Da formação do sistema-mundo à emergência das semiperiferias.
- 2.4.6. Os NPI da Ásia: factores de sucesso e limitações.
- 2.4.7. NPI da América Latina e África.

2º TRIMESTRE

Tema 1 - A Mudança na Sociedade. Os Percursos do Desenvolvimento no Mundo Actual.

2.5. Desafios e consensos num mundo multipolar.

- 2.5.1. Europa de Leste: reflexos da fragmentação e da reorganização.
- 2.5.2. Os desafios da construção europeia.
- 2.5.3. EUA – Europa – Japão: cooperação e competição.
- 2.5.4. As empresas transnacionais: os novos actores globais.
- 2.5.5. Desenvolvimento global/local: pobreza, exclusão e tensões.
- 2.5.6. Desafios/Governança global para o século XXI.

3º TRIMESTRE

Tema 2 - Questões do Desenvolvimento no Mundo Actual.

Subtema 1 - A gestão dos recursos e a defesa do ambiente.

1.1. O crescimento económico desequilibra o sistema Terra.

- 1.1.1. As actividades humanas e os impactos ambientais locais.
- 1.1.2. Os desequilíbrios ecológicos globais.

1.2. O esgotamento dos recursos como limite ao crescimento económico.

- 1.2.1. A interligação entre os fenómenos ecológicos e o desenvolvimento.
- 1.2.2. A procura de alimentos para uma população em constante crescimento.
- 1.2.3. Padrões de consumo baseados em recursos não renováveis.
- 1.2.4. O esgotamento dos recursos como limite ao crescimento.

Introdução

Embora todas as culturas/civilizações tenham alterado o ambiente, a sociedade industrial e urbana constitui um caso extremo. O desenvolvimento industrial, que teve origem na Europa, veio a estender-se, quer pelas suas características estruturais, quer por uma difusão geográfica ímpar, a quase todo o planeta, originando, assim, impactos também únicos sobre o ambiente.

Por sua vez, esse desenvolvimento industrial gerou uma revolução nos transportes e nas cidades, modificou radicalmente a agricultura, gerou a massificação dos lazeres e uma explosão demográfica também sem precedentes.

Objectivos específicos:

No domínio cognitivo, o aluno deve:

Compreender o impacto do crescimento económico na degradação do ambiente:

- Relacionando as actividades humanas com os reflexos ambientais locais;
- Relacionando o crescimento económico com os desequilíbrios ecológicos globais;
- Interligando os fenómenos ecológicos e o desenvolvimento;
- Relacionando os recursos disponíveis e a população em constante crescimento;

- Reconhecendo o impacto dos padrões de consumo sobre recursos não renováveis;
- Justificando a necessidade do aparecimento de novos modelos de desenvolvimento;
- Explicitando o conceito de desenvolvimento sustentável;
- Reconhecendo a necessidade de alteração de padrões de consumo e de produção;
- Justificando uma nova organização da sociedade: novas instituições e participação política;
- Justificando a necessidade de preservação das culturas.

No domínio das atitudes e valores, é desejável que o aluno:

- Se sensibilize para o problema da escassez;
- Se reconheça como interveniente na actividade económica;
- Assuma uma atitude crítica perante os abusos da sociedade de consumo;
- Valorize a educação, a formação e a promoção social do Homem, ao longo da vida;
- Desenvolva a capacidade de observação e o espírito crítico;
- Adote uma posição crítica perante situações lesivas do interesse da colectividade;
- Reconheça a responsabilidade dos governantes na definição das políticas económicas, sociais e fiscais;
- Analise criteriosamente a intervenção do Estado na economia;
- Proceda a uma análise quantitativa do comércio externo de um país associando-a às políticas económicas que lhe estão subjacentes;
- Procure outras fontes de informação complementares sobre o tema em estudo no sentido de abarcar a realidade económica e social do país;
- Se interrogue sobre a fiabilidade dos dados estatísticos;
- Explique a dificuldade de quantificar determinados custos pessoais, sociais e ambientais;
- Desenvolva o espírito de observação e análise de dados estatísticos;

- Considere que a economia deve estar predominantemente ao serviço do Homem;
- Aprenda a enquadrar as questões económicas em áreas mais sensíveis, como o ambiente;
- Seja sensível às questões sociais, culturais e ecológicas que os problemas económicos levantam;
- Ultrapasse a linearidade das soluções imediatas sobre questões que envolvem o bem-estar do Homem;
- Seja sensibilizado para a gravidade das questões ecológicas e sociais que a problemática do subdesenvolvimento levanta;
- Interiorize que os países pobres não estão condenados ao círculo vicioso da pobreza.

Sugestões metodológicas:

Sugere-se a divisão da turma em grupos para a realização de um trabalho sobre a sociedade industrial e urbana, que tenha em conta as seguintes perspectivas: características da sociedade industrial e urbana que expliquem a profunda destruição da Natureza; listagem, por ordem decrescente de importância, das necessidades fundamentais; opinião sobre a importância do dinheiro no projecto (pessoal) de vida; distinguir o conceito de cultura em sentido restrito do conceito de cultura em sentido lato; necessidade de preservação de culturas.

Os grupos de trabalho terão as seguintes tarefas: recolher informação; analisar os dados recolhidos; com base neles, elaborar conclusões e confrontá-las com as perspectivas próprias do grupo; organizar um debate sobre os diferentes pontos de vista acerca deste assunto.

Tema 3 – Cenários de Futuro no Campo Demográfico.

Subtema 1 - Cenários de futuro no campo demográfico.

Introdução:

Abundam os estudos que procuram perspectivar os cenários demográficos futuros, nomeadamente nas vertentes de crescimento e das suas implicações na estrutura e composição da população.

Todos esses estudos apontam para um crescimento demográfico mundial a um ritmo tendencialmente mais lento, mas que continuará a provocar, nos próximos tempos, os maiores aumentos populacionais que a Humanidade conheceu até agora.

Por outro lado, e com consequências graves ao nível das políticas de desenvolvimento, este crescimento galopante acontece nos países em vias de desenvolvimento, apesar do relativo abrandamento das respectivas taxas de natalidade.

Entretanto, nos países desenvolvidos, o crescimento demográfico será previsivelmente mais lento, criando obstáculos de outro tipo, como o crescente peso dos idosos na sua estrutura etária.

Face a este acentuar previsível dos desequilíbrios demográficos Norte - Sul, é provável que venhamos a assistir a movimentos migratórios de alguma intensidade no sentido Sul - Norte. Estes movimentos irão, certamente, colocar problemas graves de integração de comunidades, muitas vezes cultural e linguisticamente diferentes, em países em que o desemprego tende a não abrandar, originando, assim, situações de intolerância e mesmo de xenofobia, que em nada ajudam a um equilíbrio saudável e solidário do Mundo.

No entanto, no Terceiro Mundo, as maiores movimentações continuarão a ter lugar entre o campo e a cidade, esperando-se um crescimento exponencial da população urbana, nomeadamente nas grandes metrópoles.

Neste contexto, as estratégias de desenvolvimento têm vindo a assumir cada vez maior importância para o indivíduo, mantendo-se mesmo a tendência para a emergência de novas formas de família, nomeadamente a família monoparental.

Por outro lado, o surgir de novas doenças obriga a sociedade a inventar novas formas de entajuda social, quer a nível local, quer nacional, e até mesmo mundial.

Objectivos específicos:

No domínio cognitivo, o aluno deve:

Perspectivar o crescimento demográfico Norte - Sul e Urbano - Rural:

- Referindo as relações possíveis entre estruturas etárias contrastantes e migrações;
- Explicando o peso das migrações internacionais e os conflitos culturais;
- Referindo as relações possíveis entre estruturas etárias, crescimento

demográfico e sustentabilidade;

- Justificando o crescimento explosivo das megacidades;
- Explicando as consequências económicas e sociais do crescimento explosivo;
- Referindo as principais alterações na dimensão e estrutura da família, nos países desenvolvidos e nos países em vias de desenvolvimento;
- Sugerindo medidas de actuação no âmbito das políticas demográficas e sociais que privilegiem a família;
- Traçando cenários favoráveis de evolução de natalidade e suas implicações nos PD.

No domínio das atitudes e valores é desejável que o aluno:

- Reconheça que o estudo da Economia tem um destinatário – o ser humano – para o qual toda a pesquisa deve ser orientada, no sentido de se conseguir assegurar o seu bem-estar;
- Se consciencialize para a necessidade do conhecimento objectivo e pormenorizado da realidade para, sobre ela, poder fundamentar desapaixonadamente as suas opções;
- Se interesse pelo debate de ideias;
- Reconheça que as estatísticas deveriam ser um instrumento de leitura de uma realidade social;
- Respeite valores culturais diferentes dos seus ao reflectir/avaliar sobre as necessidades fundamentais de outros grupos sociais;
- Desenvolva o respeito pelas diferenças;
- Reconheça a relatividade dos fenómenos económicos, sociais e culturais;
- Combata preconceitos e rejeite dogmatismos;
- Desenvolva um espírito de solidariedade e cooperação;
- Seja motivado para a defesa dos Direitos do Homem;
- Seja sensibilizado para a gravidade das questões ecológicas, sociais e económicas que a problemática do subdesenvolvimento levanta;
- Seja motivado para a defesa dos Direitos do Homem;
- Ultrapasse a linearidade das soluções imediatas sobre questões que envolvem

o bem-estar do Homem;

- Aprenda a considerar concepções de soluções alternativas para os problemas em análise;
- Interiorize que as soluções para os problemas económicos não são receitas universais e que a verdade não é exclusiva de quem quer que seja.

Conteúdos:

- 1.1. Crescimento demográfico a diferentes escalas (Norte/Sul; Urbano/Rural).
- 1.2. Mobilidade geográfica e suas implicações: emigrantes e refugiados.
- 1.3. Mobilidade geográfica e suas implicações: turistas e executivos.
- 1.4. Transformações nas estruturas etárias nos países industrializados.
- 1.5. Fecundidade e controlo demográfico nos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD).
- 1.6. Mutações na estrutura familiar e consequências demográficas.

Sugestões metodológicas:

Sugere-se a recolha de elementos que poderão focar, entre outros, as seguintes aspectos:

- Evolução (e estimativas, se possível) das taxas de fecundidade, de natalidade, de crescimento natural, de actividade e desemprego da população angolana;
- Comparação entre taxas de alfabetização e outros indicadores sociais da população angolana, e da população estrangeira residente em Angola;
- Evolução do tipo e número de imigrantes a residir em Angola e respectivas nacionalidades;
- Evolução (e estimativas, se possível) do tipo e do número de emigrantes angolanos e respectivos países de acolhimento.

MATERIAL DE APOIO AO PROFESSOR

Tema 1 - A Mudança na Sociedade e os Percursos do Desenvolvimento.

- Mudança e desenvolvimento.
- Os processos de mudança e os obstáculos à mudança.

A - PRINCIPAIS MUDANÇAS OCORRIDAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS NA SOCIEDADE ANGOLANA.

Antes da independência, anos 60 e 70

Os últimos anos da década de 50 marcam o declinar do poder colonial em África, sendo o primeiro grande triunfo dos povos Africanos alcançado com a independência do Ghana de Kwame Nkrumah, em 1957, data em que se dá início ao processo de descolonização de África. A partir destes acontecimentos, consolidam-se em praticamente todo o continente ideais de liberdade, que culminam com a ascensão à independência, em 1960, de grande parte dos países africanos.

Ainda antes deste ano (o chamado ano de África), os patriotas nacionais tomam em Angola cada vez mais consciência da necessidade da liberdade do povo e, a partir de movimentos e de organizações clandestinas, vão mobilizando e preparando o povo para o assalto final.

É neste contexto que em 1959 são presos e condenados vários nacionalistas angolanos, naquele que ficou conhecido como o “processo dos 50”. Em 1961, com o movimento de invasão às cadeias de S. Paulo, em Luanda, dá-se início à luta armada do povo Angolano.

Embora bastante pressionado internamente do ponto de vista sociopolítico, em 1969 e 1970 Portugal abre as fronteiras para um investimento estrangeiro que atinge os três milhões de contos, protagonizado pelo Reino Unido, EUA, África do Sul e Alemanha. O sector extractivo é beneficiado grandemente com a expansão dos trabalhos de pesquisa de novas jazidas de petróleo bruto ao longo do offshore, entre a foz do Rio Zaire e do Queve, aliado à exploração do ferro na mina de Cassinga (Huila).

O petróleo bruto de Cabinda começa a ter peso nas exportações de Angola, passando do 4º lugar em 1969 (após o café, os diamantes e o ferro) para principal

fonte de divisas do país em 1973, com cerca de 30% do total das exportações. Dá-se início aos trabalhos de abertura da estrada que liga Malange a Menongue, passando pelo Andulo e Kuito. Enquadradas num plano de dinamização dos circuitos económicos, outras infra-estruturas ferroviárias e rodoviárias são implementadas, com a modernização e ampliação de portos, construção de novos aeroportos e entrada em serviço de novos sistemas de comunicação. A agricultura empresarial começa a dar sinais de maior agressividade. Dá-se uma enorme corrida à posse da terra e, conseqüentemente, surgem fortes conflitos entre os diferentes grupos étnicos antagónicos. A indústria transformadora e económica regista nítida expansão.

Deste modo, a economia no seu todo encontra-se em crescimento acentuado, com uma taxa anual superior a 6% em termos de PIB e a preços constantes. Os anos 70 marcam também a consolidação nítida de uma já antiga dicotomia entre a burguesia colonial metropolitana (cujos bens de raiz ou ligações profundas estavam em Portugal) e a burguesia colonial propriamente dita (cujo poder, interesses e ambições centram-se em território angolano).

Com o crescimento económico, o poder colonial tenta travar o desenvolvimento da luta armada iniciada em 1961, ao mesmo tempo que começa a materializar um plano tendente à melhoria do nível de vida da população Angolana, sem sucesso.

- Generalização do ensino às áreas rurais;
- Fomento da produção agrícola;
- Implementação de infra-estruturas e reordenamento rural.

Portanto, se considerarmos que Abril de 1974 marca o processo de descolonização de Angola, este período marca o fim do regime colonial português no país, numa altura em que a economia e a sociedade angolanas se caracterizavam pelo seguinte:

- Território em amplo crescimento económico (com o pico atingido em 1973);
- Desigualdade na distribuição da população (maior concentração no Litoral, Norte e Centro do País) com 90% da população em 50% do território, segundo dados do censo de 1970;
- Desigualdade na distribuição dos rendimentos (sistema tributário desequilibrado), não obstante a abolição do imposto indígena nos anos 60;
- Desigualdade de oportunidades (posse de terra, empregos, instrução...);
- Reforço do poder da burguesia colonial local;

- Proletarização acentuada da população, principalmente das áreas rurais;
- Incremento da luta armada pela libertação nacional:
- Por influência da revolução dos cravos em Portugal, a 25 de Abril de 1974, dá-se no território início a um êxodo maciço das populações europeias (fuga de quadros, empresários, funcionários do aparelho do Estado...).

Mudanças após a independência (Novembro de 1975)

Após a independência de 1975 (ano que marcou o início da Primeira República), os Angolanos tiveram que enfrentar um território caracterizado pelo seguinte:

- Um aparelho do Estado completamente vazio, excepto alguns serviços que funcionavam a meio gás, como os correios, as alfândegas, a fazenda e os serviços de saúde;
- Vilas e cidades completamente destruídas pela guerra;
- Um parque industrial paralisado;
- Estabelecimentos comerciais saqueados, com as montras e prateleiras “às moscas”;
- Equipamentos agrícolas e viaturas abandonados por campos e estradas;
- Esmagadora maioria da população analfabeta;
- Falta gritante de quadros a todos os níveis;
- Banca nacional abandonada e à beira do colapso financeiro.

Foi num ambiente como este que o MPLA de Agostinho Neto teve que iniciar a gestão do país. A pesada herança colonial tinha que ser contornada e Neto dizia: “temos de mover as nossas noras com os burros que temos”.

Em termos gerais, podemos resumir as principais mudanças ocorridas na sociedade angolana nas últimas décadas da seguinte forma:

Período que vai de 1960 a 1975.

- Luta armada (1961).
- Crescimento económico (1973).
- Independência nacional (Primeira República, 1975).

Período pós-independência até 1992.

- Construção das bases da nova sociedade (socialista).

- Guerra civil (com forte intervenção externa).
- Lançamento do programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF, 1987).
- Acordos de Nova Iorque (acordos tripartidos com Angola, África do Sul e EUA) e retirada das tropas Cubanas (1988).
- Adesão ao Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial (1989).
- Acordos de Bicesse (91).
- Eleições gerais em Angola (Segunda República, 1992). Multipartidarismo e democracias emergentes.

Período pós-eleitoral até aos nossos dias.

- Formação das novas estruturas saídas das eleições: Governo e Parlamento.
- Retorno à guerra civil no país.
- Acordos de Lusaka (1994).
- Fracasso dos acordos e nova escalada militar.
- Abalos aos princípios democráticos.

TIPOS DE MUDANÇAS

No período de 1961 a 1975, Angola registou mudanças progressivas ou positivas.

- A luta armada visava pôr fim à colonização e resgatar o direito à liberdade e ao progresso social dos povos de Angola;
- O crescimento económico, mesmo em condições de colonização, pelas infra-estruturas que cria, resulta em oportunidades e novos empregos e aumento de produção, propiciando, no geral, um Estado social melhor;
- A independência e a auto-determinação de um povo, no passado subjugado, encerram em si um carácter progressista;
- O multipartidarismo e as eleições gerais (democracia).

Entretanto, houve mudanças que podem ser caracterizadas como regressivas ou negativas. Os erros de gestão cometidos após a independência nacional, a guerra que se seguiu e os fracassos dos acordos que se foram firmando são exemplos notórios de mudanças no sentido regressivo.

RITMO E EXTENSÃO

África, na sua quase eterna condição de colónia (anteriormente sociopolítica e nos últimos tempos socioeconómica), sempre sofreu com grande intensidade as mudanças ocorridas no resto do mundo, principalmente no Ocidente.

Em função do seu ritmo, pode dizer-se que as mudanças em Angola apresentam duas evoluções diferentes. As mudanças ocorrem mais rapidamente no capítulo sociocultural, com uma assimilação relativamente veloz (aculturação) dos processos de mudança Ocidental. Em contrapartida, as mudanças são mais lentas no capítulo sociopolítico, com um regime político ainda semi-fechado em função dos condicionalismos da guerra e da situação de democracia emergente.

Em função da extensão ou intensidade, Angola conheceu três revoluções (a forma como o processo de mudança opera e suas consequências nas estruturas do sistema social):

1. O processo de luta anti-colonial que culminou com a independência.
2. A introdução da ideologia e práticas de uma sociedade socialista logo após a independência.
3. A abertura da sociedade ao multipartidarismo e à democracia.

Importa referir também que as mudanças socioculturais têm resultado do evoluir normal da sociedade (mudança evolutiva), ao passo que as mudanças sociopolíticas têm sido em larga escala impostas (mudanças dirigidas).

FACTORES DE MUDANÇA

Assumindo desde já que a alteração de uma realidade social (mudança) ocorre em função de fenómenos que a vão determinar e dos aspectos que a vão facilitar ou dificultar, podemos enumerar os factos seguintes como tendo originado as principais mudanças ocorridas em Angola nas últimas décadas:

Período de 1960/1975

Relativamente à luta armada e à independência nacional, os factores sociais, políticos e ideológicos foram determinantes para a sua ocorrência. Os naturais ou “indígenas” estavam submetidos à exploração e subjugação na sua terra. Eram tratados de forma injusta e imprópria para um ser humano por pessoas vindas de um outro continente (intrusos).

Tudo isso despertou a consciência dos Africanos que perceberam, com o tempo, que também eram “gente”, com direito a escrever o seu próprio futuro.

Assim, agruparam-se, lutaram e venceram.

Relativamente ao crescimento e estabilidade económica de 1973, um factor foi determinante: abertura das fronteiras da então província ultramar de Angola ao investimento estrangeiro, encetada pela administração colonial no final de 60 e início da década de 70. Os capitais ingleses e americanos, sobretudo (principais parceiros comerciais na altura), revolucionaram os sectores da indústria extractiva (petróleo e diamantes) e transformadora da então colónia.

Como consequência imediata, o petróleo passa em 1973 a constituir o principal produto de exportação. Paralelamente, o poder colonial, como forma de desincentivar a luta armada, desencadeia um plano que visava a melhoria da condição social das populações autóctones. Tentou-se, assim, generalizar o ensino nas áreas rurais, aumentar a produção agrícola e implantar infra-estruturas sociais que até aí não existiam nas áreas rurais.

Mas estas “flores” para os Angolanos tinham raízes com muitos “espinhos” e a solução já estavam traçada: o colonialismo só havia de “cair” com luta.

Período pós-independência

As alianças externas que foram estabelecidas pelos diversos movimentos nacionalistas na luta pela independência do país, em pleno período de Guerra Fria (URSS/EUA), foram factores determinantes nas mudanças ocorridas antes e depois da independência. Estes factores justificaram a opção do MPLA pelo socialismo e serviram de pretexto para a guerra civil que o país experimentou depois de Novembro de 1975.

O lançamento do programa SEF (1987), que visava a reconversão do sistema centralmente planificado da economia, revelou-se ineficiente para a economia de mercado. A adesão ao FMI e Banco Mundial, em 1989, para o acesso aos mercados financeiros internacionais, bem como aos acordos tripartidos de Nova Iorque (1988), são o resultado lógico de um factor fundamental: o abandono, por parte do MPLA, da ideologia marxista-leninista.

As mudanças no leste Europeu, entre as quais se destacam a Perestroika (reestruturação), a Glasnost (abertura) de Gorbachev e a queda do muro de Berlim, em 1989, associadas às pressões do Ocidente, levam os Angolanos desavindos aos acordos de Bicesse e às primeiras eleições gerais em Angola em Setembro de 1992. Era o início da democracia em Angola.

Período pós-eleitoral

Com as eleições de 1992, o país tinha criado um quadro sociopolítico que se pensava propício à reconciliação e ao progresso de Angola. O Governo de Unidade e Reconciliação Nacional que abarcava no seu seio elementos de vários partidos políticos e um parlamento pluralista entrou em funções.

Começam a surgir, fruto da abertura que a sociedade então conhece, vários órgãos de comunicação social privados: estações de rádio, jornais e revistas com feições críticas. Organizações sociais independentes de vária índole marcam os novos contornos do associativismo. Começam a cair os tabus criados e alimentados pelos sistemas de partido único.

A paz relativa que se vivia então propicia uma maior circulação de pessoas e bens pelo país fora e melhora o escoamento dos produtos agrícolas para as grandes cidades (como Luanda). O nível de vida começa a ressentir-se positivamente e, como corolário, a moeda nacional estabiliza-se.

Contudo, e quando se pensava que a guerra fazia parte do passado e que se voltaria a falar dela como história, eis que um dos partidos, pelo facto de não ter ganho as eleições, volta a incendiar o país. A guerra retorna ao país em toda a sua extensão e com ela o luto, a dor, a miséria, a desgraça, a destruição e o recuo no aspecto socioeconómico do país. Várias cidades “caem” nas mãos dos rebeldes. Consequência imediata: o GURN tem de reorganizar-se do ponto de vista político-militar e importantes recursos financeiros são então canalizados para o esforço da guerra.

Entretanto, paralelamente, reata-se a maratona negocial sob os auspícios das Nações Unidas. Um ano depois do seu início, em Novembro de 1994, conclui-se o diálogo entre as partes conciliantes. É o acordo de Lusaka que preconizava, entre outras tarefas, o acantonamento e desarmamento das forças rebeldes e da população civil, a consolidação do exército nacional único que começou a ser criado a partir dos acordos de Bicesse e a extensão da autoridade do Estado Angolano às áreas então ocupadas pelos rebeldes. Várias propostas, sem exilo, são feitas ao líder rebelde, visando a sua reintegração social.

Desafortunadamente para os Angolanos, após alguns anos de paz trémula (alguns caracterizam-no de período de “nem guerra nem paz” e outros de “paz podre”), os rebeldes, com uma postura bifacial, vão se preparando para o assalto final com vista à tomada do poder pela força das armas.

Morre o representante do Secretário-geral da ONU (medianeiro dos acordos) e Lusaka descarrila-se completamente, assistindo-se a uma nova escalada militar que leva à situação actual.

2.4. A questão do Terceiro Mundo.

2.4.1. Noção.

A expressão “terceiro mundo” foi usada pela primeira vez pelo demógrafo francês Alfred Sauvy, em 1952, quando se referia ao “*tiers état*” (terceiro estado) da sociedade francesa, anterior à revolução de 1789.

Este “terceiro estado”, constituído pelo povo desprovido de tudo (camponeses, comerciantes, artesãos, funcionários, etc.), estava marginalizado em relação aos outros dois “estados”: o clero e a nobreza. Entretanto, a expressão ultrapassou o contexto em que foi aplicada por Sauvy e rapidamente passou a caracterizar todos aqueles países que, embora diferentes entre si, estão marginalizados no sistema internacional. São os países subdesenvolvidos, e dependentes, de África, da Ásia e da América Latina, por oposição aos dois outros “mundos” industrializados da então Guerra Fria: o bloco capitalista e o bloco socialista.

“Terceiro Mundo”, “subdesenvolvidos”, “países do Sul” ou da “periferia” são expressões sinónimas que têm caracterizado aqueles países, por oposição às expressões “Norte” ou “Centro”, usadas para os últimos.

Che Guevara tinha um conceito muito próprio de subdesenvolvimento: “*um anão de cabeça enorme e tórax saliente, cujas pernas débeis e braços curtos não combinam com o resto da sua anatomia*”.

O termo “subdesenvolvido” significa, do ponto de vista semântico, algo que é inferior ao desenvolvido, abaixo do desenvolvido, pouco desenvolvido. À semelhança da expressão “terceiro mundo”, surgiu na década de 50 e designava os países não desenvolvidos. Por norma, o termo é aplicado àqueles países que apresentam graves disparidades entre os recursos disponíveis no território e as necessidades (insatisfeitas) da população que aí habita.

2.4.2. Causas do subdesenvolvimento.

O subdesenvolvimento não constitui uma fase no processo de evolução normal dos povos. Por outro lado, os países hoje ditos subdesenvolvidos nem sempre foram, no passado, inferiores aos países industrializados de hoje. O subdesenvolvimento tem, originariamente, uma causa histórica. Antes da

colonização europeia, África, Ásia e América Latina eram vastas regiões onde predominavam relações de produção pré-capitalistas: comunismo primitivo, feudalismo, etc. Os vários povos nativos que habitavam a América por volta dos séculos XV e XVI tinham alcançado diferentes graus de desenvolvimento, sendo os Astecas do México e os Incas do Peru os mais evoluídos.

Os Astecas tinham uma agricultura desenvolvida, conheciam a arquitectura, a pintura, a dança, a música e tinham bons conhecimentos em astronomia. Tal permitiu-lhes elaborar um calendário de 365 dias e um dia separado para o ano bissexto, mais exacto que o calendário europeu de então.

Os Incas, que eram exímios agricultores, usavam já os fertilizantes, trabalhavam o cobre, o bronze, o ouro, a prata, o chumbo, o mercúrio e as correspondentes ligas. Eram também arquitectos e bons construtores de templos, de estradas, etc., além de terem desenvolvido a medicina e a cirurgia.

Na África negra, os povos da Idade Média já trabalhavam o ferro, o cobre, o ouro e o bronze. O artesanato estava já bem desenvolvido e alguns povos tinham elaborado uma escrita adaptada às línguas locais.

Estes exemplos mostram que as regiões hoje ditas subdesenvolvidas teriam, no seu processo natural, conhecido avanços significativos, talvez equiparáveis aos da Europa de hoje, se não tivessem sido interrompidas, destruídas, saqueadas e deformadas pelas conquistas e pela colonização europeia.

Por outro lado, os colonizadores não só introduziram estruturas e relações de produção contraditórias com as estruturas tradicionais encontradas, como também criaram mecanismos de subordinação e dependência para as economias do Terceiro Mundo, fixando-lhes limites e direcções, no interesse dos seus países. Mesmo aqueles que nunca perderam formalmente a sua independência, casos do Irão e da Tailândia, foram, como os demais, vítimas da exploração económica que saqueou os seus recursos e distorceu as suas estruturas produtivas. Esta é, sem dúvida, a causa principal do subdesenvolvimento visto que, além da dependência das economias locais face aos interesses externos, grande parte destes países ainda tem de enfrentar uma marginalização interna das massas trabalhadoras por parte da casta no poder. São as lideranças ditatoriais e corruptas, a nova burguesia transnacionalizada, as elites militares repressivas e as burocracias estatais que procuram manter o status quo.

Portanto, o subdesenvolvimento é a outra face do desenvolvimento das potências industrializadas de hoje. Grande parte da riqueza destas potências

foi extraída do Terceiro Mundo, através do saque directo do ouro e da prata da América Latina ou através de outras manobras indirectas, como a manipulação de preços dos produtos provenientes do Sul. A este propósito o economista egípcio Samir Amin dizia que os preços dos produtos do Terceiro Mundo sobem ao ritmo de quem vai pelas escadas, ao passo que os do Norte ao ritmo de quem vai pelo elevador. Além disso, a prosperidade de que gozam é fruto do trabalho dos homens do Sul, desde os escravos africanos dos séculos passados até aos trabalhadores e quadros imigrantes da chamada “fuga de cérebros”.

2.4.3. Características do subdesenvolvimento.

Segundo Yves Lacoste, um dos traços mais importantes e caracterizador do subdesenvolvimento é a sua complexidade, a sobreposição de sintomas sociológicos e económicos, o emaranhado das suas interacções. Apesar da diferente localização geográfica e dimensão cultural dos povos em causa, são apontados alguns traços essenciais e comuns aos chamados países do Terceiro Mundo.

1- Domínio Estrangeiro

Como já foi referido, a situação de atraso e miséria em que vegetam os países do Terceiro Mundo deveu-se ao facto de a sua evolução não ter sido independente e se ter realizado de acordo com as conveniências de uma minoria de países desenvolvidos, aos quais estão submetidos. Este domínio é hoje, em muitos casos, exercido de forma subtil, quer por meio de governos dóceis aos seus interesses, quer através de tratados e/ou organismos internacionais, quando não é feito por meio das grandes companhias multinacionais espalhadas pelo mundo.

2- Estrutura económica deformada

A dominação estrangeira e a presença das grandes companhias multinacionais, cuja actividade se direcciona para o rápido lucro e é guiada por interesses estratégicos alheios às nações onde operam, criaram e consolidaram uma estrutura económica unilateral e deformada. Esta realidade que os identifica e mantém no subdesenvolvimento, traduz-se no seguinte:

- a) Monoprodução e mono-exportação: Desenvolvimento de um ramo de produção (ou no máximo dois ou três) do sector primário – indústria extractiva (minérios ou combustíveis), agricultura ou pecuária. Os produtos daí derivados são exportados em bruto ou semi-elaborados. Angola durante

muito tempo viveu essencialmente do café. Actualmente, o país depende do petróleo e de diamantes, o tal sector primário (indústria extractiva). O Chade viveu muitos anos à base do algodão, a Costa Rica do café e da banana, o Iraque e a Venezuela têm no petróleo e seus derivados o principal sustento, e a Birmânia e o Camboja dependem das exportações de arroz e borracha.

- b) Monomercado: Nasua mono-exploração de bens primários e poli-importação de produtos manufacturados, os países do Terceiro Mundo dependem do mesmo mercado dominado pelos países desenvolvidos. Geralmente é o mercado da Metrópole, antigo país colonizador. Actualmente, este mono ou duo-mercado tem como cenário a União Europeia e os Estados Unidos da América, de onde Angola importa os vários bens de que carece e para os quais exporta o petróleo.
- c) Latifúndio: Distribuição acentuadamente desigual da terra, com grandes extensões nas mãos de uns poucos proprietários nativos ou estrangeiros, que por meios pouco claros ou até violentos chegaram a essa condição privilegiada, mantendo grandes massas de assalariados e respectivas famílias trabalhando para si. Muitos países subdesenvolvidos mantêm este estado de coisas com maior ou menor dimensão. O problema das terras no Zimbabwe é um reflexo desta realidade;
- d) Desenvolvimento industrial escasso e unilateral: Segundo dados de 1970 da ONU, os países subdesenvolvidos produziã apenas 12% da produção industrial mundial. No essencial, estes países possuem indústrias leves ou ligeiras. As excepções são, à parte as indústrias extractivas, as indústrias do algodão e do cimento, que atingem cerca de 20% da produção mundial. O fraco desenvolvimento industrial pode notar-se nas percentagens da população operária em relação ao conjunto da mão-de-obra: menos de 20% nos países do Sul, enquanto que nos países do Norte quase metade da população activa está ligada ao sector industrial. Angola possui um parque industrial insignificante, com muitas fábricas paralisadas. As que funcionam estão aquém das capacidades instaladas.

3- Rendimento nacional “per capita” extremamente baixo e níveis de vida precários

Segundo a ONU, menos de 20% da população mundial desfruta de 70% da renda mundial e, inversamente, cerca de 60% da população mundial (desfavorecida)

tem de subsistir com 10% da renda do planeta. Cerca de dois terços da população mundial (habitantes maioritariamente do Terceiro Mundo) vivem em situações de miséria e de completo abandono à mediocridade.

O rendimento médio per capita (por habitante) no Terceiro Mundo varia entre os 70 e os 150 dólares/mês, contra 3000 a 8000 nos países desenvolvidos. Entretanto, nos países subdesenvolvidos, devido à acentuada desigualdade no seio das populações, a situação é muito mais grave.

Constata-se que quanto mais pobre é o país, maior é a diferença entre ricos e pobres. Em muitos países do Sul, como Angola, largas massas da população vêm-se na contingência de sobreviver com um rendimento mensal de cerca de 10 dólares.

4- Grande e crescente dívida externa

Devido a saldos comerciais deficitários, a pagamentos que devem ser feitos ao exterior por fretes e seguros, à expatriação de lucros das multinacionais, aos juros dos empréstimos obtidos no Norte, etc., os países do Sul apresentam em geral uma balança de pagamentos deficitária. Esta situação origina uma “fuga” permanente de divisas e a necessidade de recurso aos mesmos países para novos créditos, visando saldar as dívidas anteriores. Porém, a sua situação económica precária, que tende a agravar-se, faz com que estes novos empréstimos aumentem ainda mais a dívida externa e os mantenham numa espiral de dependência viciosa relativamente aos países desenvolvidos.

5- Baixos níveis culturais

No início dos anos 70, cerca de 80% da população africana era analfabeta. Na Ásia o valor chegava aos 60%, na América Latina aos 30, enquanto que, em média, apenas 2% da população do Norte não sabia ler nem escrever, à data. Outras características culturais de baixo nível estão no elevado número de crianças em idade escolar fora do sistema de ensino, a falta de infra-estruturas de ensino, a insuficiência e inaptidão dos professores, os poucos quadros graduados, a fraca produção de livros, o número reduzido de bibliotecas, o difícil acesso aos meios de comunicação social (televisão, rádio, jornais), etc.

6- Péssimas condições sanitárias

Más condições sanitárias subsistem ainda hoje na grande maioria dos países subdesenvolvidos, aliás um dos seus traços mais graves. Apesar de alguns progressos no combate a algumas epidemias, como a varíola e o tifo, e dos esforços da OMS, as taxas de mortalidade infantil continuam a ser consideráveis nesses

países. Em média, cerca de 30% dos nados vivos morrem antes de atingirem um ano de vida. Além disso, há as precárias condições de habitabilidade em que a maioria dos seus povos vive, não possuindo água corrente nem electricidade. Existem poucos hospitais e o número de habitantes por médico é assustador.

7- Crescimento demográfico acelerado versus baixo ritmo de desenvolvimento económico

A população dos países subdesenvolvidos cresce mais rapidamente que a dos países desenvolvidos. Porém, nos indicadores de crescimento económico a tendência é inversa. Portanto, o ritmo mais acelerado do crescimento populacional em relação ao crescimento do produto interno bruto condena, à partida, a maioria das crianças que nascem nos países do Sul a uma vida de sofrimento e miséria.

A integração económica em África

A partir da década de 50, um pouco por todo o planeta, o fenómeno de integração económica a nível internacional foi-se impondo. As suas formas de manifestação e o seu “design” são diversificados: união económica ou monetária, zonas de comércio livre, união aduaneira, mercado comum, etc. Na ocasião surgem várias teorias, como suporte das supostas vantagens da integração económica. A Europa e a América lideram o processo.

Em África, logo após a independência em massa nos anos 60, algumas tentativas de integração foram ensaiadas, com resultados pouco animadores. Algumas organizações criadas, como a ECA (Comunidade para a África do Leste), formada pelo Quênia, Tanzânia e Uganda, tiveram uma vida efémera de dez anos. Entretanto, outras, apesar das dificuldades que atravessam no seu funcionamento, têm-se mantido, procurando contribuir para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado dos estados- membros. São exemplo disso a ECOWAS (Comunidade Económica para os Estados da África Oriental); a CEAO (Comunidade Económica da África do Oeste), formada pelo Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Senegal, Mali, Mauritânia e Níger; a CEMAC (Comunidade Económica e Monetária de África Central), composta pelos Camarões, RCA, Gabão, Chade, Congo e Guiné Equatorial; a CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), composta pela Guiné Conacri, Libéria, Togo, Mali e Nigéria) e tantas outras.

Na zona Austral de África, destaque para o COMESA (Mercado Comum para os Países do Leste e Sudeste de África), o PTA (Zona Preferencial de Comércio) e a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral).

Todas estas agrupações são os vários passos que os países africanos vão experimentando na perspectiva de uma futura comunidade económica para África. À priori, muitos analistas africanos apontam a exiguidade de recursos, a instabilidade sociopolítica, o baixo nível de desenvolvimento dos países africanos e um certo pessimismo nos seus benefícios como os obstáculos à integração económica de África. Aliás, as organizações regionais espalhadas pelo continente ressentem-se desses factores.

SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)

A SADC, como segundo modelo de integração na região Austral de África, deriva da SADCC (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral), fundada a 1 de Abril de 1980 através da declaração de Lusaka.

A SADCC englobava nove Estados, a saber: Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Os objectivos da sua criação eram:

- a) Redução da dependência económica, particularmente em relação à África do Sul, racista;
- b) Mobilização de recursos para a promoção e implementação de políticas nacionais, inter-estatais e regionais;
- c) Integração regional equitativa e genuína dos Estados-membros;
- d) Harmonização de acções que assegurem a cooperação internacional no âmbito da estratégia para a libertação económica.

Com o evoluir da situação a nível mundial e regional, sobretudo após o fim da Guerra Fria e a democratização da África do Sul, criaram-se condições para que, de facto, a SADCC evoluísse para uma integração económica como tal, em oposição ao carácter político que patenteava na tentativa de proteger-se do regime do Apartheid.

Assim, e após a inclusão da Namíbia, em 1990, foi assinado em Agosto de 1992, em Windhoek, o tratado constitutivo da SADC que passa a englobar mais dois países: África do Sul e Ilhas Maurícias. Em 1997, na conferência anual no Malawi, foram admitidos a República Democrática do Congo e as Ilhas Seychelles.

Os principais objectivos da SADC passam pelo fomento do crescimento e do desenvolvimento económico, combate à pobreza e maximização da produção e do emprego, além de promover a paz e segurança na região, aliada a uma cooperação sectorial.

A importância da SADC no âmbito do conjunto do continente africano é bastante grande, se tivermos em conta que a região Austral constitui cerca de 25% da região geográfica do continente e possui um potencial hidroeléctrico e agrícola maior que as outras partes. A região possui uma população que atinge cerca de 20 a 25% da população total do continente. Tem grandes rios e áreas férteis e possui as maiores reservas minerais do mundo. Segundo dados de 1989, os países membros da SADC produziram 28,8% do PIB do continente africano.

Por conseguinte, a SADC pretende ser a base para o planeamento regional e para o desenvolvimento económico e social da África Austral, actualmente. A SADC está em fase de consolidação, contando com a forte colaboração da África do Sul, que é a economia mais forte do grupo. Angola ocupa, no âmbito da SADC, o sector da energia.

O papel de Angola na SADC

Angola tem, ao nível da SADC, a responsabilidade da coordenação de acções e projectos regionais no âmbito do sector da energia.

A adesão de Angola à então SADCC tinha, fundamentalmente, objectivos político-diplomáticos. A jovem nação independente via na SADCC um fórum onde podia condenar as agressões sul-africanas de que era alvo, bem como obter ajudas internacionais, visando a reconstrução socioeconómica do país, destruído pela guerra.

Com a democratização da África do Sul e a transformação da SADCC em SADC, às quais acresceu a própria abertura da sociedade angolana ao multipartidarismo, a realização das eleições gerais de 1992 e a adopção de economia de mercado, Angola e a região entram numa nova era. Entretanto, a guerra que se seguiu às eleições obrigou a que o governo fizesse um grande esforço no domínio militar, o que, de alguma forma, justifica a apatia de que é acusado o executivo de Luanda. Chegou-se mesmo a cogitar no seio da organização a transferência do sector energético para outro país.

Mesmo assim, Angola, a par dos esforços para a pacificação do país, não desistiu das suas responsabilidades no contexto regional e tem definido as estratégias de actuação para o sector.

Assim, procura-se captar recursos financeiros no mercado internacional para a implementação de projectos regionais, como a recuperação do corredor do Lobito e das barragens do Gave e do Ruacana, e o sistema de interligação das

redes eléctricas do sul, centro e norte do país, etc. Por outro lado, Angola prevê uma participação mais activa ao nível de peritos da organização, reestruturando e dotando o organismo nacional coordenador das actividades da SADC de recursos financeiros e técnicos capazes.

BIBLIOGRAFIA

ANGOLA, Ministério das Pescas e Ambiente, *Lei de Bases do Ambiente e Convenções*. Centro de Documentação e Informação. Luanda: 1999.

ANGOLA, Ministério do Ambiente, *Primeira Comunicação Nacional de Angola. A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas*.

ANGOLA, Ministério do Ambiente, *Respigos da 1ª Semana Nacional da Conservação da Natureza (26-31 Janeiro de 1976)*. Luanda, Janeiro – 1998.

ANGOLA, Ministério do Urbanismo e Ambiente, *Legislação sobre a Biodiversidade em Angola. Quadro legislativo e institucional. Projecto de Estratégia e Plano de Acção Nacionais para a Biodiversidade (NBSAP)*. Abril de 2006.

ANGOLA, Ministério do Urbanismo e Ambiente Biodiversidade Marinha e Costeira em Angola. *Identificação e Análise de Pressões de Origem Antropogénica. Projecto de Estratégia e Plano de Acção Nacionais para a Biodiversidade (NBSAP)*. Janeiro, 2006.

BONIFACE, Pascal, *Dicionário das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Editora, 1997.

CLAVAL, Paul, *Geografia do Homem*. Coimbra: Livraria Almedina, 1987.

COMISSÃO Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (WCED), *O Nosso Futuro Comum*, Meribérica/Liber, Lisboa, 1991.

COMISSÃO SUL, *O Desafio ao Sul*. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre o Ambiente. *Declaração do Ambiente*. Estocolmo, 5 a 16 de Junho de 1972.

FERNANDES, A. José, *Relações Internacionais – factos, teorias e organizações*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

KENNEDY, Paul, *Desafios para o século XXI*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1993.

LACOSTE, Y., *Geografia do Subdesenvolvimento*. São Paulo: Difel, 1985.

MEADOWS, D., *Os limites do crescimento*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1972.

MYERS, Norman, *El Futuro de la Tierra*. Madrid, 1989.

MORIN, Edgar, *Os Problemas do Fim do Século*. Lisboa: Editorial Notícias, 1991.

MURTEIRA, Mário, *Desenvolvimento Económico e Comércio Internacional*. Lisboa: Morais Ed., 1978.

NAÇÕES UNIDAS, *Relatório Final da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável “ O Futuro que Queremos”*. Rio de Janeiro 20 – 22 de Junho de 2012.

OHAMAE, Kenichi, *Além das Fronteiras Nacionais*. São Paulo: Arte Ciência, 1989.

PAZ IBAÑEZ, Manuela A. De., *Economia Mundial*. Madrid: Pirâmide, 1993.

PELT, Jean-Marie, *A Natureza reencontrada*. Lisboa: Gradiva, 1991.

PINDER, David (Org.), *Europa Ocidental – Desafios e Mudanças*. Oeiras: Celta Editora, 1994.

PNUD, *Relatório de Desenvolvimento Humano 2005. Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual*.

PNUD, *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. A verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*.

PNUD, *Relatório de Desenvolvimento Humano 2013. A ascensão do Sul: o progresso humano em um mundo heterogéneo*.

PRADA, V. Vázquez, *História Económica Mundial*. Porto: Livraria Civilização, 1990.

RÉMOND, René, *Introdução à História do Nosso Tempo*. Lisboa: Gradiva, 1994.

RIBEIRI, Georges, *Tensões e Transformações Sociais*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1976.

RICHONNIER, Michel, *As Metamorfoses da Europa de 1969 a 2001*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Um discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1988.

STOFFAES, Cristian, *A Crise da Economia Mundial*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991.

TAMAMES, Ramon, *Crítica aos Limites do Crescimento*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1983.

TEULON, Frédéric, *Crescimento, Crises e Desenvolvimento*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1994.

TORRES, J. Veiga, *Introdução à História Económica e Social da Europa*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

TOFFLER, A., *Os Novos Poderes*. Livraria do Brasil, 1991.

TSCHOUMY, Jacques A., *Os Direitos do Homem – Uma Educação Cívica e Moral para o Nosso Tempo*. Comissão para a Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade na Educação, 1989.

UNDP, *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008. Combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido*.

UNESCO – PNUE, *La CNUED. Le Sommet de la Terre. Declaration de Rio sur l'environnement et le développement. Connexion. Bulletin De L'Éducation Relative à L'Environnement*. Vol. XVII, Nº 2, juin 1992.

UNFPA, *A situação da população mundial 2006. Passagem para a Esperança: Mulheres e Migrações Internacionais*.

UNFPA, *Estado de la población mundial 2008. Ámbitos e convergência: cultura, género e derechos humanos*.

UNFPA, *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2010. Do conflito e crise à renovação: gerações da mudança*.

UNFPA, *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2011. Pessoas e possibilidades em um mundo de 7 bilhões*.

WEINER, Jonathan, *Os próximos 100 anos*. Lisboa: Gradiva, 1990.

JORNAIS/REVISTAS/OUTRAS PUBLICAÇÕES

Jornal “O País” (Angola); Revista “Exame” (Angola); Revista “Economia e Mercado” (Angola); Publicações da Câmara de Comércio e Indústria de Angola; Publicações da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).